



## GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL E SOCIAL-GEPPEES

João Zanardini<sup>1</sup> – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste  
Eixo Temático VI : Políticas Educacionais e Políticas Curriculares

### Resumo:

Desde 2006 o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPEES, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE, realiza estudos e pesquisas, bem como projetos de extensão, reunindo docentes e alunos da graduação e pós-graduação nas áreas de Pedagogia, Direito, Enfermagem e Serviço Social em torno da linha de pesquisa Política Social e Educacional que tem em vista promover a análise e o estudo da política educacional e social; analisar e estudar as interpretações, diagnósticos e causas que embasaram e embasam a formulação, implantação, implementação e a avaliação da política social e oferecer subsídios para a compreensão do processo de produção das políticas sociais no Paraná e no Brasil. Os estudos e pesquisas em torno de temáticas que dizem respeito a política educacional em seus diferentes níveis e modalidades visam contribuir com a formação acadêmica dos alunos da graduação e da pós-graduação, bem como com a formação continuada de docentes da rede pública de ensino, na reflexão sobre as políticas educacionais e sobre o percurso teórico e metodológico da pesquisa em educação. Para concretizar tais objetivos intentamos identificar por meio dos estudos e das pesquisas do grupo, os nexos existentes entre o modo de produção capitalista, o Estado e as políticas sociais, assim sendo partimos do entendimento acerca da base material da sociedade,

---

<sup>1</sup> E-mail: [j.zanardini@uol.com.br](mailto:j.zanardini@uol.com.br)

considerada determinante principal e da natureza do Estado, lócus prioritário do qual emanam, não de forma imediata, as ações que se materializam na implementação e implementação de políticas públicas de características que são afirmadas como sociais, como é o caso das políticas educacionais. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o Estado não se constitui como um ente em si, mas sim pelo seu caráter processual e contraditório, no que diz respeito as disputas que se colocam na base material da sociedade. Essa organização, fruto dessas disputas, na impossibilidade de saná-las, as absorve no plano formal, ao mesmo tempo em que atua pela conservação das mesmas disputas que configuram a desigualdade, marca indissociável da sociedade regida pelo capital. Portanto, dizendo isso, estamos categorizando o Estado como espaço hegemônico de manutenção desse *status quo*, logo restando o espaço de luta contra hegemônica para a contestação e exigência de um tratamento diferenciado para as questões sociais e conseqüentemente para as políticas educacionais. As ações do Estado, em grande medida responsáveis por essa manutenção, assumem, na maioria das vezes a feição de políticas, muitas vezes políticas públicas de característica social, que não são puras, mas que uma vez implementadas, sofrem o choque da contradição e da disputa. Sendo assim, as ações do Estado caracterizam-se por um duplo papel, ao mesmo tempo em que são instrumentos de controle do social, operam um determinado tipo de tratamento aos reclames que se materializam pela desigualdade inexorável da sociedade. Nessa correlação de forças desiguais, as políticas ao mesmo tempo em que são estratégicas para o Estado, podem expressar espaços táticos para a grande parcela da sociedade que sofre com a repartição desigual das riquezas, que não obstante o fato de haverem sido produzidas coletivamente são apropriadas por um número cada vez mais reduzido de pessoas. Dito isso, junto dessa compreensão da natureza do Estado, como escritório onde se decide as condições de manutenção dessa sociedade desigual, favorecendo poucos em detrimento de muitos, é preciso recuperar a validade da luta em torno das ações políticas do próprio Estado como forma de tencioná-lo no sentido da exacerbação de seu caráter classista. Logo, as políticas sociais também representam uma forma de repartição da riqueza que é produzida coletivamente. Mantida essa estrutura estatal, vez por outra são implementados processos de reformulação do papel que o Estado desempenha para a manutenção da sociedade e, para a temática de nossas discussões, se faz necessário lembrar o processo de reaparelhamento e contra-reformas do Estado vivenciado, no caso brasileiro a partir dos anos 1990 e que permanece até os dias atuais. Neste caso especificamente, o Estado vai se colocando de forma cada vez

mais restritiva no que diz respeito ao seu aporte financiador, ao mesmo tempo em que se agiganta em seu papel regulatório cerceador e controlador, muitas vezes por meio de políticas dos mais variados matizes: curriculares, de gestão, de financiamento, avaliativas etc. Esse processo demarca uma conjuntura que empurra as escolas e os sujeitos da educação, guardado as suas especificidades, na busca de soluções atomizadas no sentido de responder ao afastamento do Estado em seu aspecto de fomento. Com este pressuposto o grupo tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Gestão educacional, Currículo, Financiamento e Avaliação Educacional, atuando no momento no desenvolvimento de dois projetos de pesquisa um de caráter internacional e outro nacional. O primeiro: **Trajelórias desde o global ao local em políticas de avaliação educacional na América Latina: um estudo internacional em rede é um projeto internacional do qual fazem parte** grupos de pesquisa de 7 universidades (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS; Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD; Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul/UEMS; Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste; Universidade do Chile/Uchile – Chile; Universidade Distrital Francisco José de Caldas/UDistrictal - Colômbia e Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social/CIESAS – México) e é resultado da constituição de uma rede de investigadores em avaliação educativa na América Latina. A “*Red Latinoamericana de Investigación em Evaluación*” (Relieva), foi criada em 2016, na cidade de Santiago no Chile, com o objetivo de se contrapor às propostas hegemônicas de avaliação externa atualmente promovidas nos países da América Latina. Desta forma, a prioridade nas ações da *Relieva* para os próximos anos é a realização de estudos críticos sobre a avaliação externa realizada nos países signatários. Fazem parte desta rede pesquisadores de universidades do Brasil, Colômbia, Chile, México, Venezuela e Argentina. O Brasil é representado por professores de diversas universidades, como Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O grupo promotor desta proposta investigativa pertence à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e está cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq com o nome: “Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Formação Docente e Educação (GEPEFE). O objetivo geral deste projeto é: mapear e analisar o uso das avaliações externas realizadas no Brasil, Chile, Colômbia e México, identificando e relacionando

os objetivos, metodologias e concepções que fundamentam as propostas. O mesmo tem como objetivos específicos: Aprender como os países em questão relacionam avaliação externa e qualidade da educação; Compreender como o conceito de qualidade da educação se apresenta nos documentos produzidos pelos OM, e são incorporados nos documentos nacionais (Brasil, Chile, Colômbia e México); Destacar os Organismos Multilaterais com maior influência sobre a política de avaliação de Brasil, Chile, Colômbia e México e suas relações com as recomendações contidas nos documentos nacionais; Destacar como os documentos nacionais e internacionais, orientadores das avaliações em cada país, tratam a temática da validade. Tal projeto embora em muito prejudicado pela pandemia do vírus Covid – 19 encontra-se em desenvolvimento. No segundo projeto nominado **O Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-224: Avanços e desafios para educação brasileira (Fase I - 20014-2019 e Fase II - 2020-2024)** , nossa preocupação tem como foco central a reflexão sobre a efetividade das políticas educacionais nacionais para compreender o processo de implantação e implementação do PNE - Plano Nacional de Educação (fase I - 2014-2019 e fase II - 2020-2024) (BRASIL, MEC, 2014). Para a análise, da fase I, e posteriormente da fase II, serão consideradas a implementação das metas planejadas suscitando a avaliação dos avanços e dos desafios para educação brasileira, tais como: 1) entender qual é a relevância da avaliação como indutora da qualidade da educação presente no PNE; 2) compreender a efetividade da gestão educacional no cumprimento das metas do PNE; 3) analisar a evolução dos recursos da União destinados ao financiamento da educação básica e superior; 4) entender a relação das políticas curriculares e de formação de professores adotadas como indutoras da qualidade e universalização da educação brasileira; 5) entender as políticas educacionais da educação básica adotadas como indutoras da qualidade e universalização da educação brasileira; 6) avaliar as metas do PNE como promotoras da empregabilidade (qualificação e profissionalização) de jovens e adultos para a inserção social e no mercado (emprego). A pretensão do grupo é dar continuidade as pesquisas aprofundando o rigor no tratamento das questões políticas e sociais e desse modo prosseguir trabalhando em estreita relação com a Educação Básica, seja pela formação dos professores da rede pública que participam do grupo, seja pelos projetos de extensão ou participação em processos de formação continuada.

**Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Sociais. Políticas Educacionais. Estado**

## Referências:

BRASIL. *Lei 11.434 de 20 de junho de 2007*: Brasil, Presidência da República , Casa Civil, 2007c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 02 de Outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. *O Plano de Desenvolvimento da Educação*: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007*: Brasil, Presidência da República , Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 02 de Outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. *Desafíos clave para la calidad de la educación en América Latina y El Caribe: docentes e evaluación*, 2011.

\_\_\_\_\_. *Educación Para Todos (EPT) en América Latina y el Caribe: balance y desafíos post-2015*. Lima, Perú, 2014.

\_\_\_\_\_. **Validez y equidad en la medición escolar: el caso de SIMCE**. *Psicoperspectivas*, 14(3), 31-44, 2015.

BELLEI, C..*El gran experimento: Mercado y privatización de la educación chilena*. Santiago de Chile: LOM, 2015.

CIDE. *Informe Final “Estudio Exploratorio Entrega de Resultados SIMCE con Niveles de Logro a Establecimientos Educativos Durante el año 2007”*. Santiago: Publicación CIDE, Facultad de Educación Universidad Alberto Hurtado, (2007)

CORVALÁN, J., & ROMÁN, M. La permanencia de escuelas de bajo rendimiento crónico en el cuasi mercado educativo chileno. *Revista uruguaya de ciencia política*, 21(1), 43-64, 2012.

COX, Cristián. Las políticas educacionales de Chile en las ultimas dos décadas del siglo XX. *In. Políticas Educativas en el cambio del siglo*. Santiago: Editorial Universitária, 2005.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n.16, p. 133-169, 2004.

DEITOS, Roberto Antonio. O capital financeiro e a educação no Brasil. Campinas, SP: FE/UNICAMP. Orientadora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier. 2005. Tese (Doutorado). Disponível online: [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) – FE-Faculdade de Educação, Biblioteca, acervo de Teses e Dissertações.

DELANNOY, F. *EducationReforms in Chile, 1980-98: A Lesson in Pragmatism*. World Bank Country Studies: EducationReform and Management Publication Series, 2000.

FALABELLA, A. Do nationaltest scores andqualitylabels trigger school self-assessment andaccountability? A criticalanalysis in theChileancontext. *British JournalofSociologyofEducation*, 2014a.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: uma exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2006, Tese (Doutorado), Disponível online: [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) – FE-Faculdade de Educação, Biblioteca, acervo de Teses e Dissertações.

FLÓREZ, T. (2013). *Análisis crítico de la validez del SIMCE*. Santiago: CNED.

JONES, P. W. ‘Takingthecredit: financingthepolicylinkages in theeducationportfoliooftheWorld Bank’. In: Steiner-Khamsi, G. (ed.) *The global politicsofeducationalborrowing and lending*. New York and London: TeachersCollege, Columbia University, 188-200, 2004.

LIBÂNIO, J. C. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA, M. A.; CUNHA, C. D. *Educação básica: políticas, avanços e pendências*. Campinas: Autores Associados, 2014.

OEI. Metas 2021- *La educación que queremos para la generación de los bicentenarios*.2010. Disponível <http://www.oei.es/metas2021.pdf>. Acesso em 10/out/2014

ORTIZ, I. En torno a la validez del Sistema de Medición de la Calidad de la Educación en Chile. *Estudios pedagógicos*, 38(2), 355-373, 2012.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). Rio de Janeiro, RJ: UERJ, Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, 2015. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Deise Mancebo Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Jacob Chaves. Disponível: [www.uerj.br](http://www.uerj.br)

SANDRI, Simone. A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro- ANEXO I – RESOLUÇÃO Nº 166/2008-CEPE ro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. Curitiba, PR: Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2016 (Tese de Doutorado).Orientadora: Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva. Disponível: [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2016/d2016\\_Simone%20Sandri.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2016/d2016_Simone%20Sandri.pdf)

SCHIEFELBEIN, E. “Análisis del SIMCE y sugerencias para mejorar su impacto en la calidad”. En: *La realidad en cifras*. Santiago: FLACSO, pp. 241-280, 1998.

SPREEN, C. A. ‘*Appropriating borrowed policies: outcomes-based education in South Africa*’. In: Steiner-Khamsi, G. (ed.), op. cit. , 101-113, 2004.

UNESCO. *Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos*. 2. ed. Brasília: UNESCO, OREALC, 2008.

ZANARDINI, Isaura Monica. A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2006, Tese (Doutorado), Disponível online: [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) – FE-Faculdade de Educação, Biblioteca, acervo de Teses e Dissertações.

ZANARDINI, João Batista. Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007). Florianópolis, SC: Centro de Ciências da Educação, UFSC, 2008 (Tese Doutorado). Orientadora: Profa. Dra. Olinda Evangelista. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91269/250190.pdf?sequence>